

FRANCISCO LUCAS PIRES

A DEFESA DO OCIDENTE E A REVOLUÇÃO DAS IDEIAS

Exmo. Senhor Presidente
da Conferência Internacional de Lisboa:
Minhas Senhoras,
Meus Senhores,

A importância das questões internacionais é hoje crescente e se-lo-á ainda mais no futuro. Será tanto mais assim quanto mais pequeno o país for. Por isso é evidente o significado e o valor desta iniciativa e me apraz felicitar os seus organizadores.

Um objectivo vital, sobretudo para os pequenos países, é o de evitar estar para o mundo apenas como a província estava para a cidade. Ora esse esforço começa no plano de reflexão. Neste entendimento muito nos podem ajudar, pois, as ideias claras, o empenho da própria sociedade civil na definição da nossa condição externa e a mobilização específica de homens e recursos bastantes e capazes para tal tarefa.

Ao agir na área externa a sociedade civil e o Estado não podem ignorar-se. Têm de ser valores entendidos senão coordenados, até porque em muitos aspectos a internacionalização não equivale senão a uma acentuação da competição entre países. A procura de uma maior consciência pública e comum dos problemas internacionais torna também muito útil uma reunião como esta.

Ainda por cima, sabe-se que hoje assistimos a uma revisão global dos posicionamentos mundiais. É uma revisão que abarca não apenas a visão dos anos '70, mas, porventura, toda a visão da época subsequente ao pós-guerra. É uma revisão que poderá não ser apenas de posições, mas também de objectivos, ideologias e alianças, não apenas das relações Leste-Oeste, mas de todas as relações mundiais.

É neste quadro que o nosso tempo se passa como que entre duas épocas. A nossa geração é susceptível até de ser pensada ou como a terceira idade de um mundo velho ou como a primeira idade

de um mundo novo. É claro que só esta última perspectiva é aceitável porque seria inconcebível aceitarmos ser os «reformados» de uma história que nem sequer vivemos. Aliás, de outro modo, confessaríamos estar perdidos, o que era, por sua vez, o equivalente de aceitar as fatalidades banais da história anterior, entre as quais a guerra.

Mas atenção! Pensar e caminhar em termos de uma nova relação internacional e mesmo de um mundo novo não é o mesmo que descartar o carácter trágico ou, pelo menos, dramático, da História. A teia desta não é um alegre e doméstico **tricot**. Ainda menos o seria agora, quando estão passados os doces anos e as ilusões fáceis da idade do ouro industrial que nos adormecera sobre o desenvolvimento ilimitado. Desconhecer esse carácter dramático da História e as temíveis ambições que nela se confrontam seria a primeira forma de alguém se oferecer como vítima no seu altar. Reconheceram esse carácter trágico homens de proveniências tão diferentes como Raymond Aron e François Mitterrand e foi talvez por não o terem reconhecido ou explicitado que outros perderam. Não sei mesmo se a faceta trágica não se terá até já tornado, por tudo isso, uma das caracterizações do tipo de personalidade hoje capaz de exercer a liderança. De resto, tal faceta é um elemento que não poderá deixar de ser sublinhado pela crise ou pela sua ameaça. Por isso, embora não nos possamos limitar a clamar contra os perigos, a inteligência para os conhecer e a vontade para os enfrentar são, desde já, decisivas. O que, tudo somado, exigirá de nós mais imaginação, mais solidariedade e mais coragem.

Tal dimensão dramática assoma hoje claramente. As preocupações de desenvolvimento económico sobrepõe-se as de segurança e às situações de estabilidade política substituem-se as de mudança. Além disso, o mundo tornou-se um sistema de crises (Norte-Sul, Leste-Oeste), aliás, em desmultiplicações crescentes. Por outro lado, reivindica-se uma nova ordem mundial, ou várias novas ordens mundiais, a de economia e a de comunicação, por exemplo. Trata-se, sem dúvida, dos aspectos negativos e positivos de um fenómeno de transformação que terá, sem dúvida, os seus momentos qualitativos e nunca poderá efectivar-se sem lutas e sacrifícios.

Nó que diz mais especificamente respeito ao mundo ocidental e às relações deste com a União Soviética, por um lado, e Terceiro Mundo, por outro, a dramatização é evidente. Se o Acordo de Helsínquia fora a coroação da **détente**, a invasão do Afeganistão foi o seu Waterloo. Quanto ao Médio Oriente, as apreensões são enormes e as etapas da paz estão suspensas, mesmo para quem não queira ver no atentado contra Sadat o novo Serajevo e no Médio Oriente os novos Balcãs. Mas se a crise económica e social, o expansionismo soviético e o aumento da vulnerabilidade da política militar no Médio Oriente exigiriam mais cooperação entre as potências ocidentais,

a verdade é que, ao mesmo tempo, vieram excitar a concorrência, os egoísmos e as divergências entre elas. A situação agrava-se ainda mais, por circunstâncias internas, naqueles países europeus que são consumidos psicologicamente pela violência e pela corrupção.

Em qualquer caso, há uma mudança estrutural significativa em curso e tanto na balança interna de poder entre os Estados Unidos e a Europa como na balança externa de poder entre os Estados Unidos e a União Soviética. A Europa adquiriu durante os últimos trinta anos um maior peso económico e político relativo mas, ao mesmo tempo, o seu poder militar relativo terá diminuído e isto tanto em relação aos seus aliados americanos, como em relação à União Soviética. Neste plano, o relativo declínio do **leadership** americano não foi compensado pelo aumento do **leadership** europeu. Entretanto, aliás, o pacifismo e o espírito de finlandização alargaram os seus círculos, em particular entre os países nórdicos. Politicamente, poderia mesmo discernir-se em vitórias como a do PASOK na Grécia, para não falar já na do Partido Socialista Francês, uma tendência política para a Europa, a do Sul pelo menos, se situar mais ao meio e de modo mais independente, entre os Estados Unidos, com Reagan, e a União Soviética, com Brejnev. Na Europa, o peso da vizinhança geográfica com o Leste, a tradição ideológica e a maior proporção do comércio com os países do COMECON têm, aliás, ainda, em todos os planos, uma influência determinante muito sensível.

Uma certa e maior abertura da Europa sobre o Leste pode também ter a ver com o que se passa na Polónia. Inevitavelmente o que se passa na Polónia mostra que, mais do que duas Europas, existe uma Europa dupla. Num certo sentido o que se passa hoje na Polónia, por um lado, e na Grécia e na França por outro, pode ser visto como tendo entre si alguma reciprocidade ou compensação unitária, lógica, pelo menos, senão até histórica, ainda que a muito longo prazo. É pelo menos verdade que o que se passa na Polónia aponta para uma ideia de «grande Europa» e tem versões recíprocas do lado de cá.

Ao mesmo tempo, nos Estados Unidos, hoje, valoriza-se mais a responsabilidade global do que a responsabilidade centrada na Europa. As elites dirigentes americanas já não estão tão identificadas com a costa Leste, aquela que só o Mar separa da Europa ou com a geração das elites europeias emigradas da altura da guerra. A defesa do dólar, que subiu 35 % em relação a algumas moedas europeias, ajudou a exportar a crise para a Europa, criando ressentimentos e queixas, embora a situação neste plano tenda para se estabilizar e ser ultrapassada, como já há indícios, e embora os Estados Unidos tenham mantido uma ajuda económica muito significativa a alguns países europeus, como é o caso do nosso, que aliás, nunca pode esquecer que é o mais atlântico dos países europeus.

As divergências criadas entre europeus e americanos não destruíram as possibilidades de entendimento mas tenderam para se tornar globais, para abranger os principais países europeus e não apenas a França, como anos atrás, e para atingir mais profundamente do que era hábito a opinião pública. À nostalgia da **détente** na Europa correspondia em certos círculos americanos uma recíproca nostalgia da era da supremacia incondicional americana.

Neste contexto os próprios americanos começaram a exigir dos europeus a assunção de maiores responsabilidades quanto à sua defesa própria. Estão, de facto, passados os tempos em que a Europa era o aliado passivo dos Estados Unidos. A Aliança Atlântica tende agora a ter dois pólos, um de cada um dos lados do Atlântico, com um plano que deveria ser idealmente idêntico. Os USA são quase só o **primus inter pares**. Isto exige, porém, mais cooperação e coordenação, extensiva, aliás, ao Japão, na definição de políticas face à União Soviética e nas restantes áreas do globo, mas existe, também, um maior esforço de independência e afirmação político-militar dos europeus. Daí a recomendação da NATO para que os orçamentos militares dos respectivos países tenham um aumento real de três por cento, para lá da inflação, e isto apesar da crise económica que se atravessa.

Pode acontecer que o pior período destas controvérsias esteja passado, tenha sido apenas um período de prova e afinação e se caminhe para um equilíbrio e um acordo. As apreensões quanto à vitória de Mitterrand em França já se esbateram do lado americano. De resto, o que se passa é apenas a refração neste plano de dinâmica da simultânea regionalização e mundialização dos problemas que introduz inevitáveis factores de complexidade. A Europa e os Estados Unidos têm uma história e uma cultura comuns, sendo como que os dois ramos da mesma revolução democrática e humanista. A Europa já foi vista de lá como a História e as Raízes da América; a América, já foi vista de cá, como a Utopia da Europa. Ainda que corrigidas essas perspectivas, continua a haver um profundo sentimento de amizade e complementaridade entre os respectivos povos.

O equilíbrio de perspectivas estratégicas tende então para aceitar que a **détente** teve resultados positivos, como no caso de Berlim. É preciso, sim, é evitar que ele impeça a criação de um equilíbrio militar em relação ao Leste. É a isso que se tem chamado rearmamento com negociações. Deve procurar-se o diálogo e a negociação mas com a força atrás para se ser eficaz. A continuação do processo SALT é desejável, ainda quando se julgue que o tratado precisa de alguma modificação, mas, ao mesmo tempo, julga-se que o Programa de Defesa de Longo Prazo da NATO deve continuar, que o reforço dos efectivos militares e da sua gestão e capacidade devem ser incentivados e que se deve poder fazer frente na Europa

às forças nucleares de teatro de longo alcance da União Soviética que já instalou 250 SS-20 e estar-se-ia a preparar para instalar mais 500. Sem necessidade de alargamento da NATO, que seria inevitavelmente conflituoso, seria preciso também encontrar perspectivas comuns sobre os mais diferentes problemas mundiais extra-europeus e extra-americanos e ter previsto um planeamento comum para as situações de crise, nomeadamente no campo energético.

Europeus e americanos sabem perfeitamente que o interesse da URSS consistiria, antes de mais, em dividi-los, mais até do que em enfraquecer o potencial da NATO. Daí que os esforços de coordenação e reforço do potencial conjunto tenham aumentado. Dentro da Europa institucionalizou-se recentemente a cooperação política e no quadro do mundo ocidental tem-se procurado alargar a coordenação ao Japão.

As cimeiras das sete maiores potências industriais do mundo ocidental são disso um exemplo. E não estaria fora dos planos previstos a constituição de grupos especiais de países para reunir cimeiras capazes de dialogar e decidir sobre problemas mais específicos. Era bom, sobre este aspecto, que se tivesse consciência da importância dos pequenos países e de zonas com características próprias, hoje vitais, como a do Mediterrâneo. Também a esta luz pode ser visto o progresso da integração europeia.

A atitude geral tende, pois, para ser mais activa, mais global (não apenas diplomática e militar) e mais vasta e coordenada ao longo do mundo. Ao mesmo tempo, reclama-se cada vez mais atitudes no plano da política interna que pensem e ajam em função do longo prazo, que criem novas formas de legitimidade das organizações de todo o tipo, e que ponham em marcha mecanismos de ajustamento e controle social para lá dos governativos.

Importante é também prestar atenção aos novos fenómenos culturais e a um certo regresso do primado da política. Há uma certa crise do modelo tecnocrático e economicista. A força de ideias reconhece-se hoje de modo fundamental e mais claro. É preciso compreender que as estratégias passam pela linguagem e pelos conceitos e não apenas pelas armas e pelo comércio. A importância de acontecimentos como os do Irão e da Polónia, mostram, de modos diferentes, o fracasso das tentativas racionalizadoras. A Europa tem especiais responsabilidades na compreensão da importância das formas e conteúdos culturais e o seu renascimento neste plano seria vital. Na Polónia é, também, a consciência europeia que desperta. O que aí se passa mostra que a consciência pode ser adormecida e aprisionada mas não morta. Através da História é ela a força mais duradouramente resistente. Na Polónia responde-se, finalmente, de maneira simbólica e indirecta, à cínica questão que Estaline pusera um dia ao embaixador do Vaticano: «Mas de quantas divisões dispõe Sua Santidade?»

Este elemento é hoje considerável. A CEE e a NATO são muito importantes e vitais mas são ainda mais objectivos e estruturas do que ideias em movimento. O Estado já não enquadra a Nação mas ainda não enquadra a Europa e isso gera uma crise de identificação. Ora as ideias representam a grande oposição à força e é no quadro das ideias que podemos reinventar o futuro. O desenvolvimento da cultura é a própria essência de civilização de liberdade e é, por isso que, como já disse, estamos cada vez mais entre uma hecatombe e um renascimento, e destinados a promover este para evitar aquela.

A revolução é ainda assim, por vezes, o grande modo de responder ou evitar a guerra. Se o nosso adversário já só é capaz de fazer a guerra, já não é capaz da revolução das ideias, tanto mais fácil para nós é combatê-lo neste plano e sermos nós a conduzir a bandeira das ideias. Julgo que deve ser este um dos aspectos fundamentais da defesa e desenvolvimento da história ocidental e atlântica e é esse o desafio que nos põe a verdadeira batalha das jovens gerações.